

volume

28/2

julho/2023

ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Educação e História:

Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica



Hist. Rev. Pelotas Número 28/2 p.1-261 jul. 2023

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação
Histórica – Prof^{fa}. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Profa. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidade de los Andes, Santiago, Chile
Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de
Uberlândia)
Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEl)
Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
Évora)
Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do
Minho)
Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de
La Pampa – AR)
Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Prof^a. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Prof^a. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Magda de Abreu Vicente
(FURG) | Caroline Braga Michel (FURG)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Aspecto de sala de aula do Colégio Agrícola
Visconde da Graça (1924) – acervo Profa. Dra. Magda de
Abreu Vicente

Pareceristas ad hoc:

Ariane dos Reis Duarte | André Luiz de Oliveira Fagundes |
Chéli Nunes Meira | Chris de Azevedo Ramil | Dione
Lihtnov | Estela Denise Schütz Brito | Estela Maris
Reinhardt Piedras | Fernando Cezar Ripe da Cruz | Filipi
Vieira Amorim | Itamaragiba Chaves Xavier | Jaqueline de
Gaspari Piotrowski | Jeane dos Santos Caldeira | Joseane
Cruz Monks | Lisiane Sias Manke | Lislaine Sirsi Cansi
| Lucas Grimaldi | Maria Augusta Martiarena | Paula Corrêa
Henning | Raquel Azambuja Santos | Rita de Cássia Grecco
dos Santos | Sabatha Catoia Dias | Wellington Freire
Machado | Valesca Brasil Costa

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2023/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso
| International Standard Serial Number | Worldcat |
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: ndh.ufpel@gmail.com



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Educação e História: Pensar a educação a partir de uma perspectiva histórica) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.28, n.2, jul. 2023. – Pelotas: UFPel/NDH, 2023 – 261 p. ; 12,2MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Educação 3. Memória

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PRESENTATION <i>Magda de Abreu Vicente Caroline Braga Michel</i>	08
DOCÊNCIA FEMININA NO SÉCULO XIX: ENTRE CRÍTICAS, DENÚNCIAS, POLÊMICAS E REPRESÁLIAS FEMALE TEACHING IN THE 19TH CENTURY: CRITICISM, COMPLAINTS, POLEMICS AND REPRISALS <i>Eliane Peres</i>	15
A PRESENÇA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA NA CIDADE DE PELOTAS: UM RELATO DE PESQUISA THE WOMEN PRESENCE IN AGRICULTURAL PROFESSIONAL EDUCATION AT PELOTAS CITY: A SEARCH REPORT <i>Fabiola Mattos Pereira Angelita Soares Ribeiro</i>	38
O IR E VIR DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA NO CURSO DA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA THE COMING AND GOING OF BRAZILIAN EDUCATIONAL LEGISLATION IN THE COURSE OF THE HISTORY OF TEACHER TRAINING OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION <i>Elisane Ortiz de Tunes Cristhianny Bento Barreiro</i>	56
BAÚ DE GUARDADOS: O ACERVO DOCUMENTAL DA PROFESSORA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) KEPT IN A TRUNK: THE DOCUMENTAL COLLECTION OF ART TEACHER MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) COFRE DE GUARDIÃ: LA COLECCIÓN DOCUMENTAL DE LA MAESTRA DE ARTE MARIA FRANCISCA MOREIRA (1960-2002) <i>Jailson Valentim dos Santos</i>	80
IMPLEMENTAÇÃO DO ESTÁGIO NAS ESCOLAS REAIS: CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DE UM DESAFIO ESTRUTURAL DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERNSHIP IMPLEMENTATION IN REAL SCHOOLS: A CONTRIBUTION TO THE HISTORY OF A STRUCTURAL CHALLENGE OF TEACHER TRAINING POLICIES <i>Valdeniza Maria Lopes da Barra</i>	96

- ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO: A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1850-1880)**
 CHILDCARE IN MARANHÃO PROVINCE: THE BROTHERHOOD OF SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1850-1880)
Rosyane de Moraes Martins Dutra 115
- LAS CONSTRUCCIONES DE GÉNERO Y EMOCIONALIDAD EN LAS INFANCIAS A TRAVÉS DE LOS TEXTOS DE LECTURA ESCOLAR. URUGUAY 1900-1930**
 THE CONSTRUCTIONS OF GENDER AND EMOTIONALITY IN CHILDHOOD THROUGH SCHOOL READING TEXTS. URUGUAY 1900-1930
Silvana Espiga | Paola Dogliotti 128
- A DIMENSÃO CLASSIFICATÓRIA EM GRUPOS ESCOLARES CAMPO-GRANDENSES (1958-1969)**
 THE CLASSIFICATORY DIMENSION IN SCHOOL GROUPS FROM CAMPO GRANDE (1958-1969)
Helen Caroline Valdez Monteiro 153
- CADA AGORA CONTÉM MUITOS ANTES E DEPOIS, CADA AQUI CONTÉM MUITOS ALIS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE PROFESSORAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**
 EACH NOW CONTAINS MANY BEFORES AND AFTERS, EACH HERE CONTAINS MANY THERES: TEACHER'S AUTOBIOGRAPHICAL NARRATIVES IN HISTORICAL PERSPECTIVE
Miriã Lúcia Luiz | Bruna Mozini Subtil | Brunna Terra Marcelino | Mariana Dall Orto dos Santos 175
- O SILÊNCIO DOS MANUAIS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SOBRE A QUESTÃO RACIAL**
 THE SILENCE OF EDUCATIONAL HISTORY MANUALS ON THE RACIAL ISSUE
Joatan Nunes Machado Junior | Juliana Césarío Hamdan 200
- MEMÓRIAS DISCENTES SOBRE A CULTURA MATERIAL ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ELOS DE UM PERCURSO FORMATIVO**
 STUDENT MEMORIES ABOUT SCHOOL SUPPLIES CULTURE AND TEACHER TRAINING: LINKS IN A TRAINING PATH
 RECUERDOS ESTUDIANTILES SOBRE LA CULTURA MATERIAL ESCOLAR Y FORMACIÓN DOCENTE: ENLACES DE UN TRAYECTO DE FORMACIÓN
Caroline Braga Michel | Alessandra Amaral | Magda de Abreu Vicente 214

**A PROBLEMATIZAÇÃO DO USO DE COMENTÁRIOS E DESCRIÇÕES EM POSTS DA
INTERNET NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

THE PROBLEMATIZATION OF THE USE OF COMMENTS AND DESCRIPTIONS ON
INTERNET POSTS IN RESEARCH IN THE HISTORY OF EDUCATION

Maria Augusta Martiarena | Bruna Luiz dos Santos

230

**ARQUITETURA ESCOLAR: O PROJETO PADRÃO DE ARQUITETURA ECLÉTICA
PARA 500 ALUNOS NO RIO GRANDE DO SUL**

SCHOOL ARCHITECTURE: THE STANDARD DESIGN OF ECLECTIC ARCHITECTURE
FOR 500 STUDENTS IN RIO GRANDE DO SUL

Lisiê Kremer Cabral | José Henrique Carlucio Cordeiro

245

**A DIMENSÃO CLASSIFICATÓRIA EM GRUPOS ESCOLARES
CAMPO-GRANDENSES (1958-1969)**

THE CLASSIFICATORY DIMENSION IN SCHOOL GROUPS FROM
CAMPO GRANDE (1958-1969)

Helen Caroline Valdez Monteiro¹

Resumo: objetivamos demonstrar taxas de aprovação e reprovação no Ensino Primário entre os anos de 1958 e 1969 em três Grupos Escolares na cidade de Campo Grande, atual capital do estado de Mato Grosso do Sul. Discutiremos a economia política da região, antes da divisão do estado de Mato Grosso (1977), a política educacional e as particularidades socioculturais. Para análise das fontes primárias coletadas nas instituições, quais sejam, Grupo Escolar Vespasiano Martins (1958-1961), Grupo Escolar General Malan (1962-1965) e Grupo Escolar Guia Lopes (1966-1969), nos pautamos nas discussões teóricas sobre avaliação escolar em sua dimensão classificatória. Cada instituição tinha seu modo de escrituração e apresentava especificidades na frequência dos alunos, taxa de aprovação e reprovação nos diferentes momentos históricos, demonstrando particularidades aferíveis e abrigadas na conjuntura nacional. Mediante a sistematização dos dados, buscamos trazer contribuições para a pesquisa sobre história das instituições escolares, especialmente no período de transição compreendido pela abertura tecnicista e o percentual de alunos matriculados na 1ª à 4ª série que prosseguiram ou não os estudos, dado o índice de evasão nas duas últimas séries do Ensino Primário.

Palavras-chave: Avaliação; Ensino Primário; Instituições Escolares; Campo Grande-sul de Mato Grosso.

Abstract: We aim to demonstrate pass and fail rates in Elementary Educations during the period of 1958 and 1969 among three Scholar Parties in Campo Grande, the capital of the state of Mato Grosso do Sul. We will discuss the political economy of the region – before the division of the state of Mato Grosso into the states of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul (1977); the educational policy; and the socio-cultural singularities. To analyze primary collected sources from the scholar parties (Vespasiano Martins Group (1958-1961), General Malan Group (1962-1965), and Guia Lopes Group (1966-1969), we have been guided by theoretical discussions about school evaluation in a classificatory practice. Each institution had its bookkeeping and presented specificities on students' attendance, and distinct pass/fail rates in different periods demonstrating that it can be measured and incorporated into current educational conditions. Once we made a systematization of the collected data, we aimed to contribute to the research on the history of school institutions, especially in the period of technical education raise and the percentage of students enrolled in the 1st grade up to the 4th grade who continued their studies or not, since there was a high dropout rate in the last two grades of primary education.

Keywords: Evaluation; Primary school; educational institutions; Campo Grande - Mato Grosso do Sul.

Introdução

Campo Grande, atual capital de Mato Grosso do Sul, apresenta algumas especificidades socioeconômicas desde o surgimento do estado. Em primeiro lugar porque foi o centro de discussões sobre a divisão do estado de Mato Grosso desde o final do século XIX, desmembramento que só foi efetivado em 1977.

¹ Mestra em Educação pela UFMS, doutoranda em educação pela UNICAMP, hellen.caaaroline@gmail.com

Os embates separatistas surgiram no final do Império (1822-1889), e permearam todo o período varguista, e somente efetivaram o resultado das contendas, por via da União, no período da Ditadura Cívico-Militar (1964-1988) por interesses deste regime.²

A cidade envolveu conflitos dos coronéis do poder, que, aliados ao banditismo, brigavam por terras, que tinham solo principalmente utilizado para a produção pecuária. Com o desenvolvimento econômico, e com as configurações do capital internacional na sua fase monopolista, a cidade passa a se destacar na porção sul de Mato Grosso como complexo urbano, que tinha no comércio uma das principais atividades econômicas.

Diferente da capital de Mato Grosso, Cuiabá, Campo Grande recebeu o “progresso citadino” por meio dos “doutores da lei” e investimentos de interesses privados, com menor participação do Estado, se comparado aos financiamentos públicos da porção norte, Cuiabá, um dos motivos que efervescia os debates separatistas entre norte e sul.

Este artigo visa, utilizar o referencial teórico sobre história das instituições escolares para investigar parcialmente, dentro dos limites do texto, especialmente os Grupos Escolares Vespasiano Martins, criado em 1954; o Grupo Escolar Guia Lopes, em 1950; e o Grupo Escolar General Malan, inaugurado em 1949. Cada um deles transcreveu sua escrituração escolar dos exames finais dos alunos em Atas de Resultados Finais, que puderam ser coletadas e utilizadas como fontes primárias para elaboração da sistematização do presente texto: Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar Vespasiano Martins (1958-1961), Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar General Malan (1962-1966), Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar Guia Lopes (1966-1969).

Buscamos evidenciar a particularidade do município investigado e seu desenvolvimento socioeconômico, expansão das atividades comerciais e movimentação demográfica com a conseqüente implantação de escolas de ensino primário, demonstrando a singularidade de cada uma das três instituições examinadas, sem perder de vista que fazem parte do todo brasileiro, imerso nas políticas educacionais, na relação Estado e sociedade e no processo de internacionalização do capital e reestruturação das relações de produção.

Duas das instituições escolares investigadas estavam localizadas próximas à região militar, o Grupo Escolar General Malan e o Grupo Escolar Guia Lopes. Ambos atenderam principalmente filhos de pais nas ocupações laborais relativas ao exército, o que demonstra uma diferença entre o público atendido pelo Grupo Escolar Vespasiano Martins.

Para os objetivos do presente texto, limitamo-nos às contribuições de Gil (2005, 2018, 2020), que indica parâmetros para pensar na história da avaliação escolar como um problema de configuração político-educacional, que deve ser investigado para compreender as múltiplas relações que entrecruzam as práticas escolares, de forma dialética, de fora para dentro e vice-versa, como demonstraremos ao analisar os documentos e a conjuntura

² O Estado de Mato Grosso do Sul foi dividido em 1977, na presidência de Ernesto Geisel, o dia 11 de outubro é feriado nos municípios da porção sul, diferente dos municípios da porção norte do antigo estado de Mato Grosso uno, antes da sua divisão, demonstrando o diferencial histórico e cultural entre as duas regiões.

nacional a que foram produzidos.

1. Campo Grande: entre a ruralidade e a modernidade

Primeiramente é necessário compreendermos que, no período que antecede a ascensão econômica de Campo Grande, o município que tinha maior visibilidade e rentabilidade produtiva e comercial era Corumbá, ponto das trocas comerciais, realizadas no Porto de Corumbá mediante as Casas Comerciais. As transações de exportação e importação de mercadorias eram efetuadas por vias fluviais e o capital que predominava até o final do século XIX era o capital comercial.

Desde o último censo demográfico (IBGE, 2010), estimativas apontam que a cidade Corumbá ocupa o terceiro lugar (112.669) em população, seguido de Dourados, (227.990) e Campo Grande (916.001). Mas, o que aconteceu para que, em um século, Campo Grande tomasse à frente da porção sul do estado, começando pela análise numérica de sua população?

A explicação primordial está na discussão a respeito da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. A partir do momento em que as grandes potências mundiais, passam a ter conhecimento das fragilidades dos países agroexportadores, como o Brasil, passam a oferecer financiamento de atividades meio, atividades base, sem as quais impossibilita o processo de incorporação ao capitalismo internacional e a movimentação de mercadorias. Exemplo ilustrativo nas Américas é a construção das primeiras levas da malha ferroviária.

O imperialismo passou a reestruturar as relações capitalistas e rearticulou o eixo comercial da Bacia Platina, mais especificamente do Porto de Corumbá, para o estado de São Paulo, centralizando o transporte de mercadorias pelas ferrovias. O que antes era praticado pelos portos, aos poucos são empreendidos pelos trilhos. E a geografia central de Campo Grande se sobressai à portuária Corumbá, tanto no que diz respeito à classe dominante local e nacional, como aos investimentos externos, com anuência do Estado.

Em 1914 acontece a primeira inauguração da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), elemento radical para o desenvolvimento de Campo Grande, e em 1938, no governo de Getúlio Vargas, dá-se a retomada das obras, fazendo seu prolongamento até Corumbá (QUEIROZ, 1997). As cidades se desenvolviam em torno da ferrovia e grande parte da classe trabalhadora estava vinculada a estes empreendimentos característicos do modo de expansão do capital monopolista. As primeiras instituições escolares se consubstanciaram nos arredores da NOB.

Na Revolução Constitucionalista (1932) as elites campo-grandenses se aliaram aos paulistas, contra Getúlio Vargas, visando os interesses separatistas entre norte e sul. Entretanto, após a derrocada desta estratégia, os enérgicos interesses sulistas passaram a buscar no identitário deste povo, evidenciando fortemente o caráter regional, a fim de modificar a estruturação da administração do estado, com o objetivo de transferir tal gestão para Campo Grande, não mais pelas vias insurgentes, mas pelas vias eleitoreiras e ideológicas

discursivas de apologia aos doutores do progresso responsáveis pela transformação da urbe campo-grandense.

Para cumprir e disseminar tais propósitos, em 1939 foi elaborado o “Álbum de Campo Grande”. O livreto demonstrava uma cidade urbana em ascensão, dando especial destaque a trabalhadores e profissões com características citadinas, com intento semelhante ao da publicação do Álbum Gráfico do estado de Mato Grosso (1914), que era demonstrar aos que residiam fora as características da região e atrair imigrantes, uma propaganda incentivadora que visava mover o maior número de interessados em fixar-se na região. O Álbum abrange fotografias da época, que contemplam vistas de pessoas passeando em parques, carros estacionados, cinemas³, festas dos grupos de pessoas que detinham poder econômico e social, a arborização, a prática de esportes, assim como a principal característica do projeto da construção das ruas e avenidas de Campo Grande: largas, espaçosas e em formato de tabuleiro de xadrez.

Figura 1: Panorama de Campo Grande (1939)



Fonte: Leitão (1939) apud Trubiliano (2014)⁴

³ Campo Grande contava com uma moderna estrutura para o cinema construído com investimento privado, benefício do interesse na valorização política campo-grandense, enquanto Cuiabá, capital do estado, as instalações eram precárias, se assemelhavam a um barracão circense, com arquibancadas tipo ‘puleiro’ confeccionadas de tábuas. (TRUBILIANO, 2014)

⁴ Em sua tese, o autor coletou a imagem do Álbum de Campo Grande – 1939. Arquivado no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

A imagem que se pretendia passar de Campo Grande, segundo Trubiliano (2014), era a celebração da modernidade anunciada pela ferrovia, sem, contudo, sepultar as raízes da ruralidade, composta pela antiga elite oriunda da pecuária, perspectivas estas equivalentes aos interesses da classe dominante local, em especial a Vespasiano Martins.

A assimilação de uma identidade progressista e civilizatória atraía os brasileiros porque a ideologia nacional daquele momento histórico previa o desenvolvimento para formar o cidadão para república democrática, projetando para o país a possibilidade de estar junto às nações desenvolvidas, mediante a moral, a ordem e o progresso. E, com relação aos estrangeiros, estes buscavam terras para plantar, vender e garantir meios de subsistência, contavam com determinadas regalias sobre os próprios brasileiros devido a instrução que já dispunham, ou certa “qualificação” para o trabalho herdada em seus países de origem. Mas estes também precisavam se adequar ao processo de nacionalização identitária pelo qual passava o Brasil.

A análise do processo de urbanização da cidade auxilia na compreensão do contingente de crianças em idade escolarizável e a demanda por instituições escolares para atender os filhos dos trabalhadores em conformidade com as relações de produção estabelecidas na cidade. Historicamente as instituições que ampliaram o ensino elementar para a população no estado foram as escolas isoladas, localizadas nos longínquos lugares. Mas, Campo Grande, como centro do comércio, polo da pecuária extensiva, ponto de parada obrigatória dos viajantes, reordenou os estabelecimentos de ensino, de tal forma que dispôs de Grupos Escolares em um quantitativo de inserção e institucionalização urbana, apesar das especificidades socioespaciais verificadas se compararmos ao contexto nacional. Por exemplo, em 1922, em São Paulo estavam instalados 194 Grupos Escolares; em Minas Gerais, 171; e em Mato Grosso somente 04 instituições deste tipo⁵. (SÁ, 2007).

A Primeira República (1889-1930) contrastou profundamente na operacionalização em financiar as escolas, pois, à medida que o discurso demonstrava preocupação com o alto índice de analfabetismo, raras escolas elementares eram instaladas em prédios apropriados, a maioria foi introduzida sob as condições que se apresentavam e, à medida que as circunstâncias deficitárias eram denunciadas, as condições de higiene, espaço físico, mobiliário, contratação de funcionários, dentre outros, iam sendo remediadas.

A carência de infraestrutura para materializar as escolas de ensino primário se fez urgente devido ao aumento da densidade demográfica decorrente do processo de intensas atividades agroeconômicas e inserção dos fazendeiros, doutores da lei, nestas relações capitalistas, observadas na singularidade de Campo Grande. A escolarização era impreterível, tanto para formar a força de trabalho, como para liberar os pais às suas atividades laborativas.

⁵ Grupo Escolar Barão de Melgaço (1910) e Grupo Escolar Senador Azeredo (1910) em Cuiabá, Grupo Escolar Presidente Marques (1910) em Poconé e Grupo Escolar Caetano Pinto (1910) em Rosário Oeste. Embora no mesmo ano, 1922, estejam já instalados os primeiros Grupos Escolares na porção sul do estado, o Grupo Escolar Joaquim Murinho em Campo Grande e Grupo Escolar Afonso Pena em Três Lagoas.

Em 1937 foi contratado, na gestão de Eduardo Olímpio Machado, o Escritório Técnico de Saturnino de Brito para elaborar um projeto de saneamento básico e urbanístico da cidade, que tinha como princípios norteadores o embelezamento e a higienização do espaço. (TRUBILIANO, 2014).

No Álbum de Campo Grande de 1939 constavam informações a respeito da educação na cidade, que foram escritas por Severino de Queiroz⁶, muito próximo do prefeito da cidade Eduardo Olímpio Machado⁷, figura que era descrita no Álbum de Campo Grande como “governador”, nomeação que era utilizada com o objetivo de reforçar a autonomia da região sul de Mato Grosso com relação à administração estadual e afirmava, dentre muitos elementos discursivos, “o histórico descaso com que os governantes nortistas tratavam os conterrâneos sulistas” (TRUBILIANO, 2014, p. 196), além de reforçar a imagem de Cuiabá como espaço de atraso.

Assim, nesse contexto de distinção em relação à capital, Campo Grande, no discurso da elite sulista, se ‘ainda’ não era o centro administrativo, reivindicava o título de centro cultural de Mato Grosso. Os retratos da vida social contidos no Álbum, com ênfase para seus cinemas, clubes, cafés e livrarias – ícones constitutivos da modernidade urbana –, eram apresentados como a porta de entrada de novas ideias, novos comportamentos, modismos e demais benesses consideradas civilizadas, como os filmes hollywoodianos e japoneses. Esses espaços de sociabilidade eram ocupados por cidadãos ávidos por inserção social. Nesse intuito, multiplicavam-se os espaços de discussões políticas, apreciações literárias, apresentações artísticas e de circulação de informações acerca dos últimos acontecimentos. (TRUBILIANO, 2014, p. 219).

Enquanto os setores de lazer, obras públicas e até mesmo os primeiros professores da cidade de Campo Grande eram pagos e financiados por intermédio de particulares, em Cuiabá observa-se o oposto, principalmente na gestão de Getúlio Vargas. No Estado Novo (1937-1945), o chefe do executivo tinha especial atenção aos estados que faziam fronteira e Mato Grosso é limítrofe com os países Paraguai e Bolívia.⁸ Essa preocupação era característica da geopolítica nacionalista varguista de integração do país e contenção do elemento estrangeiro.

Neste período, o interventor no estado foi Júlio Strübing Müller, que inaugurou as chamadas “Obras Oficiais” no 1º, 2º e 3º Distritos. No 1º Distrito foram construídas a Residência dos Governadores, a Avenida Getúlio Vargas, o Cine Teatro de Cuiabá, a Secretaria Geral, o Palácio da Justiça, o Colégio Estadual, a Estação de Tratamento de Água,

⁶ Nome que futuramente viria a ser batizado um Grupo Escolar de Campo Grande. E que constitui objeto de análise no tópico seguinte.

⁷ Eduardo Olímpio Machado foi prefeito da cidade entre 1937 e 1941.

⁸ É interessante observar que a efetiva navegação no rio Paraguai, em 1870, fez de Cuiabá a única capital brasileira a ter ligações com três capitais federais: Montevideo, Buenos Aires e Rio de Janeiro. (BUZATO, 2017, p. 97).

a Estação Elevatória de Água e o Grande Hotel. No 2º Distrito, foram edificadas a Maternidade, a Ponte sobre o Rio Cuiabá e o Pavilhão de Exposição Agro-Pecuária, enquanto, no 3º Distrito, a Usina de Pasteurização de Leite. (SÁ, sd. apud BUZATO, 2017).

Esta série de obras de investimentos nos serviços públicos, infraestrutura, e lazer fizeram parte do objetivo do poder executivo da União em implementar uma série de medidas com foco na colonização e ocupação de regiões pouco habitadas, com vistas a urbanizar o cenário proeminentemente rural mediante uma política de integração nacional e ocupação de territórios vazios, situações que eram aguçadas pelos ideólogos da “Marcha para Oeste”, uma política que visava combater o regionalismo em prol da unidade nacional.

A campanha “Marcha para Oeste”, de caráter intervencionista, foi criada em 1938, com discurso de imagem unificada para o Brasil, a fim de atingir o progresso nacional pela efetiva ocupação e integração das várias regiões do interior do país. O despacho engendrado pelo governo apresenta herança na conjuntura precedente.

No início do século XX a malha urbana encontrava-se alojada nas proximidades litorâneas, o interior do Brasil era apontado como espaços vazios em que a presença do Estado como questão de segurança nacional estava emergente. Veja-se, a exemplo, os Códigos de Posturas de Campo Grande de 1905 e 1921, respectivamente, que visavam o controle social por meio da regulamentação de normas e condutas.

Além da densidade demográfica nas regiões litorâneas, o êxodo rural provocado pela *crack* de 1929 e a crise do café provocaram pressão populacional sobre as grandes cidades do país, que não comportavam condições de abrigar este novo contingente (TRUBILIANO, 2014). Desta forma, latifúndios tornavam-se indesejáveis, pois prejudicariam os migrantes aspirantes a trabalhar e produzir para subsistência em novas terras, contribuir para o progresso e popular estes espaços.

A Marcha para o Oeste dispunha de valores de cunho moral, cultural e político, por meio de discurso que homogeneizasse a nação e superasse os conflitos sociais, permitindo que o Estado falasse pelo povo, para e pela pátria: “conjunto dos brasileiros, de quem precisava interpretar corretamente seu pensamento e para quem precisava encaminhar diretrizes políticas, que todos supostamente, desejavam e aprovavam” (LENHARO, 1986, p. 53).

No período que sucedeu o Estado Novo, as porções sul e norte permaneceriam distantes politicamente. A União Democrática Nacional (UDN) era o partido político representante dos grandes fazendeiros do sul, contrário a Vargas.

Já o Partido Social Democrático (PSD) tinha grande inserção no centro-norte, mais propriamente em Cuiabá, e um perfil governista: o seu maior representante no estado, Filinto Muller era o *homem forte de Vargas* (BITTAR, 2016, p. 111, itálico da autora).

Representando a UDN no estado, o candidato ao governo em 1965 era Fernando Corrêa da Costa, e, do outro lado, Filinto Müller, do PSD. Ambos polarizaram a política estadual. À UDN competia a liderança da porção sul do estado e, ao PSD, a região centro-norte, como afirma Bittar (2016). Em 1965 sob influência de Filinto Müller, quem vence o pleito eleitoral ao governo do estado de Mato Grosso, foi Pedro Pedrossian do PSD – partido político formado por condescendentes a Getúlio Vargas –, que derrotou seu oponente Lúdio Martins Coelho, da UDN.⁹

Com o Golpe de Estado de 1964, a dissolução de todos os partidos políticos e a consequente dissidência dos antigos grupos ou à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tanto os membros da UDN quanto do PSD no estado foram alojados pela ARENA.

Ernesto Geisel, pertencente à ARENA, esteve à frente do governo militar entre os anos 1974 e 1979. Em 1977, assinou a Lei Complementar nº 31, que dividiu o estado de Mato Grosso, convenientemente, pois uma das intenções do regime em promover a cisão do estado era também o de beneficiar os chefes políticos regionais. Bittar (2016) ilustra a narrativa: “Relembre-se da justificativa de Geisel no ato da assinatura da lei quando afirmou que o ato era *‘decorrente também de uma necessidade política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação do dia de amanhã’*.” (BITTAR, 2016, p. 112, itálico da autora). Desta forma, constituiu-se uma bancada de parlamentares favoráveis ao regime. Foi nomeado para o governo do estado Harry Amorim Costa (ARENA).

Os resultados do movimento que levou à separação do estado são contraditórios porque os sulistas, antigos proponentes de sua subordinação ao governo federal, acabou-se envolvido em excesso burocrático e com as “coisas do Estado”, de que tanto criticava seus rivais cuiabanos. O que se efetivou na política, portanto, não foi muito diferente da capital Cuiabá.

O sulista, sinônimo de campo-grandense, sempre descrito como *‘aberto a todas as iniciativas’* e *‘desinteressado de cargos públicos’*; enquanto que o *‘cuiabano’*, identificado com *‘as coisas do Estado’* e a *‘máquina da governança’* que, aliás, geria *‘tão mal’*. *‘Entre o estatismo do centro-norte e o dinamismo do sul, vai um mundo’* (LIGA SUL-MATO-GROSSENSE, 1934, p. 04 apud BITTAR, 2016, p. 101).

Bittar (2016) reitera que, apesar de tal discurso de renovação política que acompanhou a criação do novo estado, Mato Grosso do Sul, não se consolidou o objetivo almejado da renovação política. Isso porque verificou-se historicamente a reincidência dos mesmos grupos dirigentes da classe dos grandes proprietários de terra sul-mato-grossenses e dos antigos chefes políticos do Mato Grosso antes da sua divisão.

⁹ Lúdio Martins Coelho (UDN), o candidato das “*oligarquias do boi magro*”, dos “*grandes fazendeiros*”, com o lema “*o tostão contra o milhão*”. O jornal Correio do Estado veiculou matérias de rejeição dos grupos tradicionais da UDN a Pedrossian (PSD). (BITTAR, 2016, p. 111).

2. Grupos Escolares campo-grandenses: particularidades nos índices de reprovação e a abertura tecnicista (1958-1969)

O arrolamento da escrituração escolar como registros institucionais faz parte do momento histórico da ditadura varguista, quando as estatísticas educacionais se afirmaram como instrumento privilegiado de orientação da gestão pública do ensino brasileiro. Tanto com a eclosão do republicanismo, a instrução pública como redentora e panaceia dos problemas da nação, e o movimento liberal dos pioneiros da educação nova, havia uma trajetória a ser encarada e demonstrada pelos números a fim de cunhar os futuros rumos da educação nacional.

Na Primeira República (1889-1930) não havia inspetores escolares suficientes para realizar o trabalho de enumeração e fiscalização das escolas, a possibilidade material surge nas décadas seguintes. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, o Instituto Nacional de Pedagogia, em 1937, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938), estes passaram a conduzir a organização das estatísticas em âmbito nacional.

Discutir de uma forma ampliada estes índices nos remete diretamente às práticas escolares porque, segundo Sanfelice (2007, p. 78), nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para o seu entorno. “Um entorno que se inicia bem junto a ela, mas que pode ser uma caminhada para uma dimensão cada vez mais macro.” Para ganhar originalidade em cada unidade escolar, o disciplinamento das relações entre os corpos técnico-administrativos de docentes e discentes é muito específico.

As relações da população com as instituições escolares geram situações não previstas e que alteram, localmente, planos oficiais ou diretrizes de uma política educacional. Há, portanto, sempre uma identidade. Ao historiador cabe buscar o sentido dessa identidade na relação infinita do particular com o geral. (SANFELICE, 2007, p. 79).

As fontes que utilizamos permitem pensar a dimensão classificatória envolta na escala de excelência escolar que a atribuição de notas permite formular, abrangendo o debate pedagógico acerca da questão. Gatti (2002) afirma que esta escola seletiva, que reprovava alunos só passa a ter uma conotação mais “dramática” nos anos 60 e 70:

Nota-se que, nos anos 60 e início dos 70, ainda não se discutem a reprovação escolar em massa que se processava no ensino fundamental e a evasão de alunos, que tinha foros dramáticos. Nas escolas, fazer alunos ‘repetirem’ o ano, por ‘avaliações rigorosas’, tornou-se ‘natural’. O fato de se eliminarem alunos das escolas, especialmente os de baixa renda, pelo insucesso ininterrupto, não era questionado. (GATTI, 2002, p. 18.)

A seguir demonstraremos como de fato no período analisado, que antecede a fundamentação da autora, a reprovação não era vista como um problema a ser escondido, pelo contrário, demonstrava altos índices. Este quadro só irá mudar nos últimos anos investigados, em que a conjuntura nacional brasileira sofre os transcurso da pedagogia tecnicista, que será demonstrado pelas nossas fontes, especialmente as Atas de Resultados Finais do Grupo Escolar Guia Lopes (1966-1969) (SED, 2021c).

Nota-se a falta de uniformidade nos registros dentro do ano letivo, apesar de número reduzido, foram verificadas rasuras nas transcrições das notas finais dos alunos; nas turmas mistas, a documentação registrada, ora decrescia por nota (da maior para a menor), ora dividia-se por gênero, e a inspeção escolar não carimbava de forma assídua os documentos.

A média era pontuação 50 nos três Grupos Escolares investigados: Grupo Escolar Vespasiano Martins (1958-1961), Grupo Escolar General Malan (1962-1965) e Grupo Escolar Guia Lopes (1966-1969). Os exames eram realizados duas vezes ao ano, semestrais, nos meses de junho e novembro, constituídos de exame escrito e oral, daremos enfoque aos exames finais.

Em primeiro lugar o que nos chama atenção e constitui uma identidade do Grupo Escolar Vespasiano Martins é que ele atendeu um público específico com maior quantidade de carteiras ocupadas na 1ª série do Ensino Primário, totalizando 265 alunos divididos em 8 turmas. Enquanto na 2ª série, somente 57 alunos, na última coluna da tabela abaixo observa-se as variáveis do quantitativo de alunos: 265 alunos no primeiro ano, 57 no segundo ano, 91 no terceiro ano e 44 no quarto ano. O público específico é a massa de crianças em idade escolarizável que adentra na vida escolar sem prosseguir o(s) ano(s) seguinte(s), finalizando, quando muito a fase da Leitura e Escrita.

Tabela 1: Grupo Escolar Vespasiano Martins (1958): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/Ausentes (%)	Total
1º	182	68,7%	83	31,3%	265
2º	37	64,9%	20	35,1%	57
3º	46	50,5%	45	49,5%	91
4º	30	68,2%	14	31,8%	44

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021a). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar Vespasiano Martins (1958). Elaborado pela autora (2023)

Na tabela 1, está disposto os dados do Grupo Escolar Vespasiano Martins (1958). Duas variáveis saltam aos olhos com relação ao número ou taxa de reprovação e ausência dos alunos: praticamente um terço dos estudantes repetem o ano ou se ausentam

nas avaliações finais; este índice sobe para a metade, na 3ª série, como pode ser observado, 46 alunos foram aprovados e 45 reprovados/ausentes.

Prosseguindo a análise para 1959, no Grupo Escolar Vespasiano Martins (1959), o número de matrículas e de turmas da 2ª série aumenta, se comparado ao ano anterior, 1958: 4 turmas de 2º ano, totalizando 86 alunos, ou seja, 29 a mais (SED, 2021a), destes, 25 reprovados ou ausentes e 61 aprovados.

Um grande diferencial no quantitativo da 3ª série: duas turmas de 3º ano, totalizando 40 alunos, 51 a menos que no ano anterior, em 1958, com 12 reprovados ou ausentes (30% do total, das duas turmas) e 28 aprovados (70% das turmas). Para as classes de 4º ano, equivalendo a um total de 65 alunos, 21 a mais que no ano anterior, observamos na última linha da Tabela 2, que foram 15 reprovados ou ausentes (23,1%) e 50 aprovados (76,9%).

Importante chamar atenção para o início e o fim do Ensino Primário – 1ª e 4ª série –, na tabela abaixo, segunda coluna observamos que 69,6% dos alunos da 1ª série foram aprovados, um percentual grande e bem próximo de 1958. Enquanto na 4ª série 76,9% de aprovação, 8,7% a mais que no ano anterior, 1958, um dado positivo.

Destacamos que a proeminência de matrículas na constituição do biênio (1958-1959) ainda está entre os alunos que iniciam o Ensino Primário: 8 turmas de 1º ano, 207 alunos, destes, 63 (30,4%) não passando para a fase seguinte. Como podemos observar na Tabela 2:

Tabela 2: Grupo Escolar Vespasiano Martins (1959): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/Ausentes (%)	Total
1º	144	69,6%	63	30,4%	207
2º	61	70,9%	25	29,1%	86
3º	28	70,0%	12	30,0%	40
4º	50	76,9%	15	23,1%	65

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021a). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar Vespasiano Martins (1959). Elaborado pela autora (2023)

Aprofundando a questão da evasão/aprovação nos registros do ano de 1961, na Tabela 3 concluímos que houve um acréscimo no percentual de discentes aptos a prosseguirem as séries seguintes. Em 1959 cerca de 70% dos alunos das 1ª, 2ª e 3ª série foram aprovados, já em 1961 (dois anos depois) esse número aumentou para 75,7% na 1ª série; 78,2% na 2ª série, permanecendo estável na 3ª série, com 70,4%.

E ainda, dados referentes ao número de matriculados, em 1961, totalizam 391 (observe a última coluna da Tabela 3), 222 alunos na 1ª série, 78 alunos na 2ª série, 54 alunos

na 3ª série e 37 na 4ª série. Se somar o quantitativo do alunado da 2ª, 3ª e 4ª série, não alcança o total dos alunos que ingressam no primeiro ano, 222 neste, contrastando com 169 somado nas turmas seguintes.

Tabela 3: Grupo Escolar Vespasiano Martins (1961): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/ Ausentes (%)	Total
1º	168	75,7%	54	24,3%	222
2º	61	78,2%	17	21,8%	78
3º	38	70,4%	16	29,6%	54
4º	28	75,7%	9	24,3%	37

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021a). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar Vespasiano Martins (1961). Elaborado pela autora (2023)

Sintetizando o balanço do Grupo Escolar Vespasiano Martins (1958-1961 respectivamente) averiguamos que o percentual de aprovação subiu. 1ª série: 68,7% para 75,7%. 2ª série: 64,9% para 78,2%. 3ª série: 50,5% para 70,4%. 4ª série: 68,2% para 75,7%. Entretanto, os índices de reprovação e ausência é elevado quando comparamos o número de alunos que iniciam a 1ª série como demonstramos, diverge das séries seguintes não sustentando uma linearidade na frequência no Ensino Primário.

A documentação do Grupo Escolar General Malan (1962-1965) e do Grupo Escolar Guia Lopes (1966-1969), ambos localizados na região militar de Campo Grande, apresentam outras particularidades. Diferentemente do Grupo Escolar Vespasiano Martins, esses dois últimos ofereceram vagas e, portanto, alcançaram uma demanda maior que se efetivou por meio de turmas de 2º ao 4º ano, além de incluir o Curso de Admissão. Outra característica é que o público que frequentou estas escolas, finalizou o ensino elementar, como será demonstrado nas tabelas a seguir:

Tabela 4: Grupo Escolar General Malan (1962): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/ Ausentes (%)	Total
1º	115	87,8%	16	12,2%	131
2º	26	81,3%	6	18,8%	32
3º	54	73,0%	20	27,0%	74
Curso de Admissão	18	66,7%	9	33,3%	27

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021b). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar General Malan (1962). Elaborado pela autora (2023)

Somente 16 alunos que ingressaram no 1º ano do Ensino Primário no Grupo Escolar General Malan em 1962 não prosseguiram para o 2º ano do Ensino Primário. Concluímos então que um grande número tinha condições de ingressar, e prosseguir os estudos, mas, para verificar se esse quantitativo permaneceu na instituição, observemos o quadro abaixo:

Tabela 5: Grupo Escolar General Malan (1963): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/Ausentes (%)	Total
1º	132	91,0%	13	9,0%	145
2º	73	86,9%	11	13,1%	84
3º	52	74,3%	18	25,7%	70
4º	62	66,7%	31	33,3%	93
Curso de Admissão	28	100,0%	0	0,0%	28

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021b). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar General Malan (1963). Elaborado pela autora (2023)

De um total de 115 alunos aptos para a 2ª série do Ensino Primário, no ano letivo anterior (1962), o quadro revela um total de matrículas de 73 frequentes, destes, 11 reprovados. Em uma análise global, evidencia-se o baixo percentual de reprovações nas séries iniciais do Ensino Primário do Grupo Escolar General Malan, se comparado aos que conseguem alcançar os anos finais do ciclo quadrienal. Diferente do Grupo Escolar Vespasiano Martins que os dados são inversamente proporcionais, a taxa de aprovação aumenta à medida que se avança nas séries, ou seja, 3ª e 4ª série.

Tabela 6: Grupo Escolar General Malan (1964): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/Ausentes (%)	Total
1º	105	83,3%	21	16,7%	126
2º	103	82,4%	22	17,6%	125
3º	51	60,7%	33	39,3%	84
4º	63	75,0%	21	25,0%	84
Curso de Admissão	43	100,0%	0	0,0%	43

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021b). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar General Malan (1964). Elaborado pela autora (2023)

Em 1964 o número de alunos frequentes nas turmas de 1ª e 2ª série era próximo e o percentual de reprovação/ausentes similar. Enquanto para as turmas de 3º e 4º ano, o indicativo de repetência proporcional subiu comparado ao ano letivo anterior (Tabela 5), de 25,7% para 39,3% (3ª série) e de 33,3% para 25,0%, diminuindo para a 4ª série.

Para encerrar o diagnóstico panorâmico do Grupo Escolar General Malan, o último ano em análise, 1965, que também clarifica sobre a maior taxa de evasão no término do Ensino Primário, em comparação aos altos índices de aprovação para o 1º e 2º ano, analisemos a tabela a seguir.

Tabela 7: Grupo Escolar General Malan (1965): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/Ausentes (%)	Total
1º	149	84,7%	27	15,3%	176
2º	97	79,5%	25	20,5%	122
3º	92	76,7%	28	23,3%	120
4º	77	72,0%	30	28,0%	107
Curso de Admissão	52	83,9%	10	16,1%	62

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021b). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar General Malan (1965). Elaborado pela autora (2023)

Dando sequência ao período, entre 1966 e 1969, ilustrativo foi o Grupo Escolar Guia Lopes, também localizado em Campo Grande para atender o contingente escolarizável residentes na área militar, identificamos algumas originalidades nesta instituição escolar.

Assim como os outros, a atribuição de nota para que o aluno estivesse apto para o ano seguinte era 50, mas dados os registros propriamente conservados, notamos que com bastante tenuidade um aluno era reprovado. Por exemplo, com nota 4,94 o aluno estava reprovado, ou seja, 6 centésimos. Identificamos um registro do 4º ano, aluno reprovado por 0,15 (15 centésimos) em 1968 e também por 3 centésimos, 0,03 com nota final 4,97 no 4º ano. Em um dos registros do 2º ano noturno os discentes faltosos constam nas observações com o seguinte registro: “não fizeram nenhuma sabatina” (SED, 2021c). Além de termos encontrado também turmas multisseriadas, de 1º e 2º ano noturno. A seguir a taxa de aproveitamento em 1966:

Tabela 8: Grupo Escolar Guia Lopes (1966): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/Ausentes (%)	Total
1º ano	99	69,2%	44	30,8%	143
2º ano	54	74,0%	19	26,0%	73
3º ano	55	83,3%	11	16,7%	66
4º ano	47	81,0%	11	19,0%	58

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021c). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar Guia Lopes (1966). Elaborado pela autora (2023)

Pela observação dos dados na tabela, concluímos que o percentual proporcional ao número de alunos matriculados e concluintes de 1966, no que se refere à reprovação nos dois últimos anos do Ensino Primário de 4 anos, é aproximadamente a metade, se comparado com o alto índice de reprovação das duas primeiras séries no quadriênio em análise. Pela 3ª coluna na Tabela 8, observa-se os índices de reprovados/ausentes: para a 1ª série as fontes registram 30,8%; para a 2ª série, 26%. Por outro lado, na 3ª e 4ª séries respectivamente, o percentual cai para 16,7% e 19% nessa ordem.

Essa queda da **taxa de reprovação** à medida que o público do Ensino Primário vai avançando nas séries seguintes, nos demonstra um caso particular da instituição escolar Guia Lopes, enquanto no Grupo Escolar General Malan, os dados são antagônicos, revelando a queda da **taxa de aprovação** à medida que o público do Ensino Primário vai avançando nas séries seguintes. Observe por exemplo, as Tabelas 7 e 8 nas segundas colunas, em um, aumenta, e no outro, diminui.

Apesar destas especificidades demonstradas, a superioridade do contingente da 1ª e 2ª série ainda permanece em relevo, contrastando com a 3ª e 4ª séries. A somatória de alunos matriculados nas 1ª e 2ª séries totaliza 216, distribuídos em 7 turmas, como consta na Ata de Resultados Finais (1º anos de “A” à “E”, 2º anos, turmas “A” e “B”) e contraditoriamente, um total de 124 alunos concluintes nos 3º e 4º anos, separados em 4 turmas, duas classes para cada (SED, 2021c), portanto, menos lotadas, com menor relação professor x aluno. Em segundo lugar, notamos uma demasiada evasão, pois a demanda pelas séries finais é 42,6% menor. Isso explica a maior taxa de aprovação nestas séries.

No ano seguinte, 1967, as fontes nos revelam um aprofundamento mais intenso da reprovação nos 1º e 2º anos, destoando ao grau de terminalidade daqueles alunos que chegam a frequentar os anos finais, apresentando as escriturações escolares, taxa elevada de aprovação nos 3º e 4º anos, 85,1% e 93,2%. Novamente, a tabela a seguir compõe como ilustração:

Tabela 9: Grupo Escolar Guia Lopes (1967): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/Ausentes (%)	Total
1º ano	84	48,8%	88	51,2%	172
2º ano	70	77,8%	20	22,2%	90
3º ano	40	85,1%	7	14,9%	47
4º ano	68	93,2%	5	6,8%	73

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021c). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar Guia Lopes (1967). Elaborado pela autora (2023)

Nos últimos anos de análises, 1968 e 1969, as fontes nos revelam uma inversão abrupta dos dados: o percentual de aprovados nos 1º e 2º anos cresce de forma inusitada, e os 3º e 4º anos decresce o aproveitamento escolar de encerramento do ciclo, influenciando sobremaneira a taxa de reprovação na possível finalização e conclusão do Ensino Primário.

Tabela 10: Grupo Escolar Guia Lopes (1968): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/Ausentes (%)	Total
1º ano	182	77,1%	54	22,9%	236
2º ano	133	88,7%	17	11,3%	150
3º ano	115	68,0%	54	32,0%	169
4º ano	173	82,4%	37	17,6%	210

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021c). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar Guia Lopes (1968). Elaborado pela autora (2023)

De 172 matrículas no 1º ano, passa para 236; e de 51% reprovados, cai para 22,9%. E assim sucessivamente nos anos letivos posteriores. Mais sintomático ainda no ano seguinte, a taxa de reprovação cai para 13,7% no 1º ano do Ensino Primário da instituição escolar investigada.

Tabela 11: Grupo Escolar Guia Lopes (1969): taxa de aproveitamento

Turmas	Quantidade de alunos	Aprovados (%)	Quantidade de alunos	Reprovados/ Ausentes (%)	Total
1º ano	176	86,3%	28	13,7%	204
2º ano	154	96,3%	6	3,8%	160
3º ano	226	85,6%	38	14,4%	264
4º ano	240	92,3%	20	7,7%	260

Fonte: Secretaria de Estado de Educação de MS (2021c). Ata de Resultados Finais do Grupo Escolar Guia Lopes (1969). Elaborado pela autora (2023)

Em 1930 a 1945 o Brasil vivenciou a Era Vargas, com forte estatismo centralizador político, social, econômico, cultural e ideológico. Diferentes setores da sociedade eram aglutinados no seio do executivo federal: a Igreja Católica, o Movimento dos Pioneiros da Educação, o sindicalismo corporativista sob os mandos da presidência paternalista, e assim sucessivamente, aos moldes do populismo nacionalista de inspiração nazifascista.

Na conjuntura internacional, após a Segunda Guerra Mundial, com a divisão dos blocos econômicos “capitalista” e “socialista”, resultado da Guerra Fria, e a nova repartição dos países explorados pelas grandes potências imperialistas, o Brasil viu-se após os anos 1950 em uma nova imersão junto ao capital internacional, que culminaria na contradição entre modelo econômico praticado e ideologia política discursada (SAVIANI, 1978), levando ao Golpe Civil-Militar de 1964.

O período democrático brasileiro durou poucos anos, entre 1945 e 1964, o crescimento econômico industrial deu-se pelo nacional-desenvolvimentismo, substituição de importação e excessivo investimento externo. O país contraiu muita dívida, mas tanto a classe dominante brasileira, quanto a local eram a favor da dependência brasileira. Xavier (1990) afirma que a junção da grande quantidade de investimentos entre empresas nacionais e estrangeiras acabou por levar a uma identificação crescente de interesses entre ambos os lados. Segundo a autora, a classe dominante brasileira, pressionada pelo imperialismo, se via numa condição de desenvolvimentista, mas não tão nacionalista.

O governo federal [Kubitschek] passou a incentivar a entrada de capitais estrangeiros direto utilizando-se da Instrução 113¹⁰, que chegava a discriminar as empresas nacionais em favor das estrangeiras viu e através de grandes incentivos tarifários fiscais e creditícios como os proporcionados para a instalação das indústrias automobilística, naval, da mecânica pesada etc. [...] Essa política de

¹⁰ A Instrução 113, da Sumoc foi baixada no governo Café Filho, sob a gestão do ministro E. Gudin. Forneceu o modelo para a política de abertura aos investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial viva utilizada até as últimas consequências pelo governo Kubitschek. (XAVIER, 1990, p. 45).

favorecimento, que criava para as empresas nacionais desvantagens que comprometiam a sua própria sobrevivência acabou por levá-las a se associarem às estrangeiras. (XAVIER, 1990, p. 45-46).

Saviani (1978) indica algumas contradições do período democrático brasileiro (1945-1964), que teria sua fase de conclusão com o regime militar autoritário e centralizador (1964- 1988), dentre as quais: o Brasil encontrava-se industrializado com base na desnacionalização da economia, portanto, o modelo de “substituição de importações” já estava saturado enquanto meta a atingir, mas o discurso nacionalista permanecia presente. “A ideologia do nacionalismo desenvolvimentista foi substituída pela doutrina da interdependência elaborada no seio da Escola Superior de Guerra.” (SAVIANI, 1978, p. 183).

Segundo Sanfelice (2010), “o modelo de desenvolvimento econômico implementado pelo presidente Goulart, herdeiro do auge do processo de substituição de importações, esgotara-se para os interesses de acumulação do capital.” Incorporou-se a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. “O Estado conquistaria sua legitimidade graças à implementação de um constante desenvolvimento capitalista e defensor da nação contra seus ‘inimigos internos’ e a guerra psicológica” (SANFELICE, 2010, p. 321).

A política educacional imediata tinha como objetivo o treinamento da força de trabalho especializada, o desenvolvimento científico e tecnológico e a eficácia dos setores industriais. Institucionalizou-se uma série de acordos entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (MEC/USAID) que, pelos discursos de massa, dissimulavam as intenções estrangeiras, com estratégia discursiva em prol da nação brasileira.

Em outubro de 1964 foi instituída a Lei 4.440, que criou o Salário Educação. Segundo Sanfelice (2010) o governo atuou inicialmente no sentido de que o Estado se tornasse um captador de recursos para financiar a educação.

O destino do arrecadado às empresas seria para o ensino primário a época. O objetivo era expandir aqui no nível de ensino e, pelas características que a legislação adquiriu, em novas formulações, o Governo Federal exerceu a função de arrecadador, controlador das aplicações nos estados e municípios e fiscalizador. (SANFELICE, 2010, p. 328).

As contribuições recolhidas nos Estados, no Distrito Federal e nos territórios, de que trata a referida lei, deveriam ser depositadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões no Banco do Brasil S. A. em duas contas distintas: a) 50% a crédito do Fundo Estadual de Ensino Primário ou, na inexistência deste, em conta vinculada ao “desenvolvimento do ensino primário”; b) 50% em conta vinculada ao Fundo Nacional do Ensino Primário como reforço de seus recursos para aplicação em todo o território nacional,

o qual levaria em conta sobretudo a razão direta dos índices de analfabetismo. (BRASIL, 1964).

Dois dos Grupos Escolares, investigados no percurso deste trabalho, o Grupo Escolar General Malan (1962-1965) e o Grupo Escolar Guia Lopes (1966-1969) abriram horizontes para indagações sobre conceitos de quantidade e qualidade, diante do visível tecnicismo em ascensão. Gil (2020, 2018, 2005), utilizando de autores como Cambi Franco, Pierre Bourdieu, Carlos Cipriano Luckesi, Phillippe Perrenoud, contribui para futuras pesquisas de cunho histórico e contemporâneo acerca do parâmetro da seletividade pelos exames e avaliações. Pesquisas com esta temática encontram-se por fazer, tanto intra-muros, utilizando referencial teórico conjunto sobre história das instituições escolares, como na gestão, organização e estruturação dos sistemas de ensino, que desembocarão no financiamento da educação.

No presente momento histórico, a avaliação e os exames estão em consonância direta com o financiamento da educação, no universo da educação neoliberal e dos protestos contra a educação como mercadoria. Vale nossos questionamentos sobre o que a história da educação tem a nos contar, principalmente se partirmos da materialidade empírica adentrando no interior das instituições escolares para compreender o macro e traçar o futuro das políticas educacionais, renunciando a elementos compensatórios, em direção àqueles de base, que iniciam no ensino elementar, e não na Reforma do Ensino Médio e a terminalidade da educação institucionalizada com ensino técnico e profissional.

Considerações finais

As fontes dissecadas nos permitem ver a história da educação como um emaranhado de minuciosidades que depende de qual objetivo, e quais perguntas o historiador da educação quer responder e aprofundar. Optamos pela temática do aproveitamento escolar, índices de repetência e aprovação porque naquele momento histórico o debate educacional em torno do Estado tinha pauta na ideologia fordista de repartição de conhecimentos, fragmentados pela divisão dos saberes como produto histórico do ensino graduado. Os alunos, se não aptos para a fase seguinte, eram retidos, havia avaliação escrita e oral, inclusive nos primeiros anos do Ensino Primário, não havia a preocupação com a evasão escolar caso o aluno não dominasse os conhecimentos relativos àquela fase da escolarização e, portanto, apto para a fase seguinte.

No presente momento histórico, com a mudança de ideologia fordista/taylorista de ênfase sistêmica, o Estado passa a controlar os resultados, e não as partes, e é sobressalente o resultado do todo, da conclusão da primeira fase do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) para longo adentrar na fase seguinte, não se preocupando com os anos letivos separadamente, como nos modelos pedagógicos anteriores.

Por outro lado, o debate sobre índices de reprovação e retenção do aluno não era um tema engendrado. Além disso, o total do conhecimento qualificável para passar ao nível seguinte era somente a metade, porque, com nota 5,0, ou seja, 50% do total do

conhecimento para o ano letivo, o aluno garantia sua aprovação. Observamos que no período que eclode nacionalmente a Ditadura Civil-Militar, os dados mudam valorativamente, tanto em termos qualitativos, quanto quantitativos. Pelos limites do presente texto não será possível demonstrar como a apuração das notas individuais dos alunos entre os anos 1968 e 1969 cresceu consideravelmente. E em termos quantitativos, diminuiu de forma acentuada o número de reprovações.

Enquanto história das instituições escolares, se a instituição manteve ao longo dos anos o seu arquivo passivo conservado, é possível revisitar as fontes de inúmeras formas, cruzar informações, alterar metodologias e formas de dissecar a documentação. Por exemplo, é possível fazer uma análise mais pormenorizada do rendimento dos alunos: por turma, por gênero, mudar as linhas verticais e horizontais, utilizar da interseccionalidade, diferentes formas de compor gráficos: por turma, por tempo cronológico, o aspecto nominal das turmas, “A”, “B”, “C” tinha relação com a natureza dos alunos matriculados em cada uma dessas turmas? Repetentes? É possível identificar turmas/professores que em sucessivos anos letivos se destacam proporcionalmente ao número de aprovados e reprovados? Além disso, em cada ciclo de 4 anos, também é possível identificar nominalmente quantos alunos permaneceram na mesma instituição, quais foram os que repetiram o ano letivo, os que finalizaram o ciclo quadrienal. Enfim, depende da riqueza das perguntas que se faça às fontes disponíveis.

Se estabelecermos um comparativo dos registros burocráticos, notamos que cada instituição fez à sua maneira, o trabalho de escrituração escolar surge como uma demanda de gestão estatal para traçar rumos educacionais partindo de estatísticas numéricas. Até o momento as pesquisas não puderam amadurecer nesse sentido, principalmente porque ainda tem-se muito a alavancar na história da educação de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Fazer um levantamento de onde encontram as fontes primárias, denunciar por meio de pesquisas o descaso histórico com registros, falta de manutenção e especificidade para sua conservação.

Esse amadurecimento se faz necessário para a capital de um dos 27 estados federados, que ainda não desvinculou de suas raízes oligarcas de estruturação de poder, e faz parte do segundo estado que mais massacra indígenas no Brasil.

Referências

- BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. **Multitemas**. (*online*). v. 15. p. 93-124. Disponível em: <<https://interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/1136>>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº. 4.440 de 27 de outubro de 1964**. Institui o Salário-Educação e dá outras providências. Brasília, 1964.
- BUZATO, Gino Francisco. **Transformações urbanas em Cuiabá e a formação do cidadão moderno (1937-1945)**. 2017. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2017.
- GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. **Eccos**. (*online*). v.4, n.1, p. 17-41, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/291>>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- GIL, Natália de Lacerda. Avaliação escolar: uma contribuição sócio-histórica para o estudo da atribuição de notas. **Cadernos de História da Educação**. (*online*). v. 19, n. 3. p. 923-941, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/56866>>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- _____. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação**. (*online*). v. 23. p. 1-23, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/sR8XhBkGsL6vTMNsWVB4tTg/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- _____. A importância das estatísticas como instrumento de construção da modernidade educativa no Brasil – décadas de 1930 e 1940. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. (*online*). v. 86, n.213/214, p. 79-87, 2005. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1405>>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- IBGE (Instituto Histórico Geográfico). **Cidades**. Corumbá: história. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/historico>>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.
- QUEIROZ, P. R. C. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. Campo Grande, MS: UFMS, 1997.
- SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança à aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- SANFELICE, José Luís. O Estado e a política educacional do regime militar. In: SAVIANI, Dermeval. **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.
- _____. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, I. M. et al. (org.) **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, Sorocaba, Ponta Grossa: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis 5.540/68 e 5.692/71. In: GARCIA, W. E. (Org.). **Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo: McGraw- Hill. 1978, p. 174-194.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (SED). **Ata de Resultados Finais Grupo Escolar Vespasiano Martins** (1958-1961). Escola Estadual Vespasiano Martins: 2021a, Campo Grande- MS.

_____. **Ata de Resultados Finais Grupo Escolar General Malan** (1962-1965). Escola Estadual General Malan: 2021b, Campo Grande- MS.

_____. **Ata de Resultados Finais Grupo Escolar Guia Lopes** (1966-1969). Escola Estadual General Malan: 2021c, Campo Grande- MS.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **A cidade em transformação: formação urbana, desenvolvimento e culturas políticas em Campo Grande (1905-1939)**. 2014. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Franca, 2014.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a Constituição do liberalismo em ideologia educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961)**. Campinas: Papirus, 1990.